POBRE DEMAIS PARA A PAZ: MULHERES NO PROGRAMA DE ANISTIA DO DELTA DO NÍGER NA NIGÉRIA

Jacinta Chiamaka Nwaka[1]
Lilian Chidiebere Onyeiwu[2]
Marcel Alkali[3]

Introdução

A região do Delta do Níger é um dos pontos de conflito da África. O conflito por recursos, que começou nos anos 1950 como uma contenda ideológica, desafiando os direitos do Estado nigeriano sobre os recursos da região e os fundamentos para a distribuição da riqueza proveniente do petróleo, mais tarde tornou-se existencialista devido à negligência por parte das companhias petrolíferas, ao declínio na receita derivada e à desvalorização ambiental resultado da poluição por petróleo (Okonofua 2016). Ao contrário da resistência anterior, que foi intelectualmente direcionada ao Estado e às empresas petrolíferas multinacionais, a agitação posterior teve como prioridade a milícia e grupos de culto cujos alvos não se limitavam às companhias estrangeiras e ao Estado nigeriano, como incluíam também outros grupos ou pessoas vistas como ameaças aos seus interesses.

Em resposta aos seus modos de operação, os quais incluem: vandalismo de oleodutos, atividades de abastecimento ilegal, sequestro de trabalhadores do setor petrolífero expatriados e tantos outros, o governo nigeriano

1 Departamento de História e Estudos Internacionais, Universidade de Benin. Benin, Nigéria. E-mail: jacinta.nwaka@uniben.edu. ORCID: https://orcid.org/0000-0002-7020-9358.

2 Departamento de Inglês e Literatura, Universidade de Benin. Benin, Nigéria. E-mail: lilian.onyeiwu@uniben.edu. ORCID: https://orcid.org/0000-0003-0621-300X.

3 Departamento de História e Estudos Internacionais, Universidade de Benin. Benin, Nigéria. E-mail: marcel.alkali@uniben.edu. ORCID: https://orcid.org/0009-0008-8985-7268.

https://doi.org/10.22456/2448-3923.143469

recorreu a medidas militares. Ao invés de reprimir a crise, a militarização transformou a região no que Ikelegbe e Umukoro (2016) chamam de "uma grande mistura de violência e insurgências" — um processo que afetou drasticamente a economia nigeriana, particularmente na segunda metade da primeira década do século XXI. Percebendo que a força excessiva era ineficiente em engendrar o ambiente calmo necessário para a exploração de petróleo na região, o governo, sob a presidência de Umaru Musa Yar Adua, traçou um novo caminho rumo à paz ao adotar o modelo de Desarmamento, Desmobilização e Desintegração (DDR), portanto, o Programa de Anistia do Delta do Níger (NDAP), também conhecido como o Programa de Anistia Presidencial (PAP). O NDAP foi intensamente aclamado por ter reduzido significativamente a violência na região (Ajibola 2015).

No entanto, nos últimos seis anos, atos rebeldes novamente tornaram-se uma ocorrência comum na área, ressuscitando atividades como abastecimento ilegal de petróleo, sequestros e ataques em instalações petrolíferas (Ebeide, Langer e Tosun 2020). É em parte por essa razão que o NDAP tem sido criticado. Um importante apontamento para a falha do programa é a sua exclusividade, especialmente pela invisibilidade do gênero feminino (Umejesi 2014). Este artigo visa examinar as bases para a exclusão das mulheres no programa DDR no Delta do Níger. A exclusão feminina no contexto do Delta do Níger segue os mesmos motivos comuns observados na exclusão de mulheres no programa de DDR? Essa questão é pertinente tendo em vista a singularidade do NDAP como um programa localmente planejado, patrocinado e implementado. Este artigo é dividido em quatro sessões para além da introdução e da conclusão. A primeira sessão examinou os fundamentos gerais para a exclusão de mulheres no DDR; o imperativo para a inclusão de mulheres no NDAP foi delineado na segunda sessão. A sessão três fez uma crítica ao NDAP utilizando uma lente de gênero, e a última sessão providenciou algumas explicações para a exclusão de mulheres no NDAP.

Exclusão das mulheres no DDR

O DDR, como um mecanismo pós-conflito voltado para uma paz duradoura, visa o confisco de armas, a neutralização e a *reintegração* de ex-combatentes e de civis afetados pelo conflito na sociedade. Ele se insere dentro de uma visão mais ampla de transformação de conflito que, de acordo com Lederach (2003), visa a construção da paz desejada por todas as partes interessadas. O seu objetivo é produzir oportunidades de vida que trarão a mudança necessária para minimizar a violência, aumentar a justiça e pro-

mover os direitos humanos. O DDR é concomitantemente um processo de curto e longo prazo.

No curto prazo, é direcionado para a redução ou o fim da violência. Os principais alvos nessa fase são os combatentes que estão desarmados ou desmobilizados. Como um processo de longo prazo, ele vai além da desmobilização e reabilitação de ex-combatentes para a reintegração de ambos os ex-combatentes e as vítimas e a promoção dos direitos humanos, da justiça, e do desenvolvimento econômico. Muggah (2009) afirma essa dualidade ressaltando que o objetivo geral de qualquer programa DDR, como um modelo de construção da paz, é um continuum que se estende de sua fase minimalista e limitada (segurança) para um nível amplo e maximalista (desenvolvimento) no qual direitos humanos, justiça, desenvolvimento e democracia são garantidos.

Reconhecendo essa dualidade, o *United Nations DDR Resource Center* (2006) recomenda que questões como direitos humanos, justiça e desenvolvimento devem constituir parte integral do DDR. Contudo, ao entender que os objetivos não são os mesmos, a maioria dos atores não são a favor de atrelar ambos na reconstrução pós-conflito. Porém, uma separação clara dos dois na fase de conceitualização do programa DDR continua sendo um problema difícil de resolver. O entusiasmo que acompanha a ideia do DDR é geralmente morto no estágio de implementação, no qual o quadro teórico começa a vacilar. Na maioria dos casos, os fracos e vulneráveis são os mais prejudicados pela má implementação, que, geralmente, resulta em exclusão.

Um dos pilares no qual o NDAP é falho como um instrumento de paz duradoura é a sua falta de inclusão, especialmente com o gênero feminino (Folami 2016). A questão da inclusão feminina em processos de paz se constitui como uma questão atual desde 1325 (Paffenholz, Prentice e Buchanan 2015). Outros quadros globais e regionais enfatizaram a importância do engajamento de mulheres na integração pós-conflito (African Union 2025). O processo de paz, argumenta Ariño (2020), requer não apenas a presença de mulheres, mas também uma 'agenda de negociação que integre a perspectiva de gênero, para que um debate substantivo e uma transformação possam ocorrer'.

O imperativo para a participação de mulheres em integração pós-conflito é ancorado em três fundamentos. (1) A guerra afeta as mulheres de formas distintas dos homens, e, na maioria dos casos, as mulheres carregam o peso da guerra. Portanto, a não ser que gênero seja integrado aos programas de paz pós-guerra, os impactos de conflitos nas mulheres não serão adequadamente discutidos e endereçados. (2) Ao contrário da visão

patriarcal de que mulheres são afáveis e atores inadequados em situações de conflito, elas têm papel vital como motivadoras de conflitos. (3) As mulheres são naturalmente imbuídas com enorme potencial para o processo de paz[4].

Infelizmente, o DDR parece ser uma das medidas para a construção de paz pós-conflito que substancialmente registrou uma sub-representação de mulheres. Dos 14000 desmobilizados em Burundi em 2005, apenas 438 (3%) mulheres envolvidas (Mazurana e Cole 2012). Embora não exista nenhum registro de componentes de gênero da reintegração de ex-combatentes no Congo no programa de julho a novembro de 2002, o programa subsequente de outubro a fevereiro de 2005, que inscreveu 8884 ex-combatentes, teve apenas 297 (3%) mulheres. Um programa similar que veio logo depois em março abrangeu 444 ex-combatentes dos quais 7 (1,6%) eram mulheres; o programa ruandês de 2005 envolveu 54.159 ex-combatentes dos quais apenas 334 (0,6%) mulheres[5]. O programa de Serra Leoa frequentemente aplaudido por sua inclusividade teve apenas 8% de mulheres e meninas (Mackenzie 2009).

A exclusão de mulheres em programas DDR, como ressaltado na literatura, talvez seja por concepção política, pela escolha de evitar riscos, e por segurança pessoal e reputação. A invisibilidade resultante das políticas na maioria dos programas internacionais baseia-se na forma como os ex-combatentes são conceituados. Uma definição e entendimento limitados do que significa ser um ex-combatente moldaram a maioria dos programas de DDR. Homens são priorizados como ex-combatentes na maioria dos casos, levando à exclusão de mulheres que são relegadas ao status de vítimas (Shekhawat e Pathak 2015). Mulheres, como Knight (2008) aponta, têm sua elegibilidade frequentemente recusada para o desarmamento e a desmobilização porque elas não são reconhecidas como parte do combate, tendo sido projetadas como "esposas troféu, cozinheiras ou coletoras de informações".

A literatura feminista enfatiza ainda mais isso, argumentando que mulheres são excluídas de programas DDR porque são na maioria dos casos reconstruídas por oficiais de tais programas como "apoiadoras", "dependentes", "seguidoras de acampamento", "esposas de soldados", ou "escravas sexuais" (Specht 2006; Mackenzie 2012). Mesmo quando mulheres ex-combatentes são incluídas, oficiais da ONU tendem a reproduzir desigualdades de

4 De acordo com teorias feministas, mulheres são incapazes de ações violentas, ao contrário de homens, vistos como seres violentos. Feministas também vinculam as inclinações das mulheres para a paz pelo seu papel de mães-cuidadoras. Em outras palavras, a socialização das mulheres nesse papel é antagônica à violência (Hooks 1999).

5 O programa DDR de Ruanda veio em fases. O programa de 2005 foi uma das fases.

gênero contra as mulheres. Um estudo de 11 conflitos realizado por Coulter *et al* (2008) estimou que cerca de 6,5% de todos os inscritos em programas DDR eram mulheres, e a principal razão para isso era que mulheres não foram identificadas como ex-combatentes.

Além disso, a conceitualização falsa e vaga do DDR é responsável pela exclusão feminina. Sem uma exclusão explícita na fase de conceitualização, o DDR pode parecer ter acomodado as mulheres. Porém, esse não é frequentemente o caso na fase de implementação, na qual os programas são limitados em detrimento do gênero feminino. Uma comunicação ruim e fraca é outra explicação para a invisibilidade das mulheres. Com isso, elas muitas vezes acreditam não serem elegíveis para o DDR (Steenbergen 2020).

Por fim, o financiamento e o pagamento em dinheiro são igualmente enfatizados. Para atender à capacidade do doador, o número daqueles inscritos em programas DDR é geralmente reduzido *ab initio*. Quando parece haver subestimação, o número total de inscritos é reduzido para atender ao orçamento; e mulheres, como visto em Ruanda e alguns outros lugares, são frequentemente as mais afetadas (Small Arms Survey 2007). Pagamentos em espécie tiveram presença em programas passados como incentivos a ex-combatentes homens com mulheres sendo tratadas como beneficiárias secundárias. De acordo com Farr (2003), há evidências em algumas áreas nas quais os beneficiários homens não compartilharam o seu incentivo monetário com os seus descendentes. É por essa razão que abordagens alternativas, que priorizam educação e assistência alimentar, estão sendo defendidas.

A literatura ressalta ainda o fato de que as mulheres, muitas vezes, não se sentem confortáveis em se apresentar como combatentes. Isso, Boutet (2019) argumenta, pode dar-se pela estigmatização associada com tal inclusão, especialmente em um contexto no qual mulheres são tradicionalmente relegadas à esfera privada. O fato de que a maioria dos campos de DDR geralmente carece de instalações adequadas para o gênero feminino, explica a relutância das mulheres em participar de tais programas. Grande parte das mulheres que estiveram em campos de DDR saíram antes do final do programa devido à falta de assistência médica e proteção contra assédios (Mazurana e Cole 2012). Não podendo acessar a fase de desmobilização, são negados, às mulheres, os recursos mais necessários para a reintegração, fundamentais para cura e sobrevivência.

O imperativo para a inclusão de mulheres no NDAP

A região do Delta do Níger, na Nigéria, é a maior zona úmida da África, ricamente dotada de recursos naturais que representam 70% das receitas e reservas cambiais da Nigéria. Infelizmente, a região é conhecida por ter sofrido marginalização na participação na economia petrolífera e seus benefícios (Thompson 2010). A partir da década de 1950, ressentimentos em torno dessa questão tornaram-se forças impulsionadoras de agitações regionais por atenção ao desenvolvimento e controle de recursos. O aumento nas atividades de exploração de empresas petrolíferas, poluição ambiental, degradação do solo e redução na geração de receitas para os estados do Delta do Níger, juntos, geraram uma nova onda de protestos nas décadas de 1970 e 1980. Ancorados em mobilizações nos níveis comunitários e étnicos, as novas manifestações internacionalizaram a luta, especialmente com o envolvimento ativo do Movimento para a Sobrevivência do Povo Ogoni (MOSOP) nos anos 1990, e a eventual execução de seus líderes[6]. Ao final da última década do século XX, o que começou como uma demanda por atenção ao desenvolvimento e à inclusão tornou-se uma agitação liderada pela juventude por controle das receitas.

Desde então, o Delta do Níger permaneceu sendo palco de conflitos violentos envolvendo as juventudes militantes e as suas comunidades, o governo, e companhias petrolíferas. Entre 2000 e 2009, insurgências em suas variadas formas incluindo vandalismo de oleodutos, abastecimento ilegal, duelo de armas com agentes de segurança, abdução e sequestro de trabalhadores do setor petrolífero, principalmente os expatriados, e tantas outras, deixaram a região mais devastada do que nunca com efeitos adversos na economia nacional.

A resposta governamental para a crise na região tomou várias formas, entre elas estavam: o estabelecimento de comissões de inquérito[7], o estabelecimento da Comissão de Desenvolvimento da Área de Produção de Minerais de Petróleo (OMPADEC), a Comissão de Desenvolvimento do Delta

6 Ken Saro Wiwa e os outros ativistas Ogoni foram executados pelo governo nigeriano em 1995.

7 A Comissão Sir Willink foi estabelecida em 1958 para investigar a agitação minoritária. Entre as suas recomendações estava a necessidade de estabelecimento de um Conselho de Desenvolvimento do Delta do Níger para endereçar o problema de subdesenvolvimento da região.

do Níger (NDDC), o Ministério do Delta do Níger e uma série de outros[8]. Infelizmente, nenhum desses abordou adequadamente as questões da poluição, dos direitos, e da distribuição equitativa da riqueza petrolífera, os quais estão no centro dessas agitações. Ademais, intervenções governamentais frequentemente acabavam nas mãos de líderes da comunidade ou políticos próximos do Estado, com pouco ou nenhum impacto na população mais afetada.

A decisão governamental de adotar medidas militares contra a insurgência adicionou outra reviravolta à crise. Em vez do resultado desejado, pode-se argumentar que isso encorajou os insurgentes a desenvolver múltiplas estratégias para privar o Estado nigeriano de uma parte significativa da receita de sua economia petrolífera. Em 2007, por exemplo, a produção de petróleo caiu de 2,3 milhões de barris por dia (bpd) para 700 mil bpd (Obi e Rustad 2011). Percebendo que a militarização havia intensificado ainda mais o conflito, o governo traçou um novo rumo em 2009 ao longo das linhas do DDR para conceder anistia e buscar um programa de reintegração na região.

Contrariamente à visão patriarcal das mulheres *vis-à-vis* ao conflito, em todos os seus estágios, as mulheres do Delta do Níger são nitidamente visíveis como vítimas, agentes e condutoras do conflito, e precursoras da paz. Como vítimas, as mulheres são as mais afetadas pela poluição ambiental e degradação da terra. Dado que a maioria delas não tem educação, sua principal fonte de sobrevivência é encontrada no setor agrícola. Portanto, não é surpreendente que as mulheres constituam cerca de 70% da força de trabalho da região. Derramamentos de óleo, queima de gás, e outras atividades relacionadas ao petróleo que afetam gravemente a região, destroem a base da economia local da qual o gênero feminino depende para sobreviver. A apropriação de terras para oleodutos resulta em uma escassez ainda mais aguda de terras para a agricultura (Ihayere *et al*. 2014).

As mulheres do Delta do Níger são vítimas de violência sexual orquestrada pela crise. Casos de estupro por agentes de segurança do governo e milicianos são abundantes. Por exemplo, em 1999, homens da segurança supostamente estupraram mulheres Ikwerre de Choba que estavam protestando contra o que acreditavam ser uma injustiça à sua comunidade por

8 Uma série de conferências e diálogos foram igualmente convocados para abordar as questões do Delta do Níger. Por exemplo, o ex-presidente Obasanjo pediu diálogo com o povo do Delta do Níger em 2007. Após seu reconhecimento do estado deplorável da região, ele criou o Conselho para o Desenvolvimento Social e Econômico dos Estados Costeiros para supervisionar os desafios da região.

uma empresa de petróleo sediada nos EUA — Wilbros[9]. Além disso, um relatório de 2008 publicado pelo Centro para Democracia e Desenvolvimento revelou alguns casos de estupro na região. Além dos estupros, a presença de trabalhadores petrolíferos ricos em comunidades empobrecidas do Delta do Níger favorece o crescimento de um próspero mercado comercial de sexo na região. Como corretamente capturado por Jeroma (2003), os trabalhadores petrolíferos multinacionais exibiram suas tendências sexuais descontroladas ao máximo ao tirarem vantagem de jovens pobres, famintas e analfabetas, tornando-as vítimas de luxúria à força.

A pobreza lancinante na área, observa Akoda (2008), igualmente compeliu mulheres casadas a responderem às demandas lascivas dos trabalhadores petrolíferos com a esperança fútil de encontrarem um fim para os seus desafios. Essas visões confirmam a observação de Turner e Brownhill (2007) de que há algumas áreas no Delta do Níger onde nove em cada dez mulheres foram violadas por esse meio. Foi por essa razão que a Associação para a Justiça das Mulheres do Delta do Níger[10] foi formada em 1999, para dar proteção às mulheres (Manby 1999).

O conflito no Delta do Níger também ceifou a vida de um considerável número de mulheres, deixando outras fisicamente e psicologicamente agredidas. Cerca de 801 mulheres sofreram ferimentos nas tentativas da polícia de dispersar as mulheres de Itsekiri e Ilaje que protestavam contra a *Shell Petroleum Development Company* em Warri, em 2002. A crise em Isoko Sul sobre a venda dos direitos comunitários para a Agip Oil por seus líderes ceifou a vida de algumas mulheres. Ainda, doze passageiros, incluindo uma mulher grávida, foram mortos no ataque da invasão da Força-Tarefa Conjunta (JTF) a uma lancha de transporte em Bayelsa, em 2008. Além disso, mulheres foram vítimas de sequestro na região, sendo feitas de refém. Entre os afetados estavam Folake Coker, que foi raptada em 3 de julho de 2006 com uma demanda de 50 milhões de Nairas como resgate, e Augustina Ekeowei, sequestrada em junho de 2008 por 2 milhões de Nairas como resgate. Embora não se possa afirmar que esses ataques foram direcionados especificamente contra mulheres, como argumenta Akubor (2011), elas se tornaram alvos, voluntária ou involuntariamente, porque são usadas como "escudos em tempos de crise ou como instrumentos de busca de resgate".

9 Relatório das mulheres Choba para a Comissão de Investigação de Violações de Direitos Humanos, o Painel Oputa, revelou casos de estupro e outros assédios sexuais por parte dos agentes de segurança.

10 Association for the Niger Delta Women for Justice.

As evidências da participação de mulheres em agitações militantes contra a injustiça e o empobrecimento são abundantes. Nesse contexto, as mulheres atuaram como espiritualistas, espiãs, emissárias e lutadoras, chegando, inclusive, a ponto de entrarem em confrontos armados com agentes de segurança (Babatunde 2018). Onde não estavam ativamente engajadas como combatentes, elas forneciam vários tipos de auxílio a eles. As mulheres também faziam parte das atividades ilegais de abastecimento que afetaram a economia do país. De acordo com Ekwe Ndanike, várias mulheres vistas ao redor do Lago Oguta carregando e descarregando combustível em tambores e galões eram agentes de combatentes das cidades vizinhas do outro lado do lago, especialmente o estado de Rivers[11]. Isso confirma a observação de Umejesi (2014) sobre mulheres de rostos desconhecidos vistas ao redor de Oguta e Ohaji Egbema organizando e negociando a venda de petróleo. As interações com os moradores locais, segundo ele, os ligavam a líderes militantes do Delta do Níger.

As mulheres têm destaque no uso de protestos contra a poluição ambiental e a baixa responsabilidade social corporativa das empresas petrolíferas. Ukiwo (2007) convincentemente argumentou que os protestos em massa da comunidade contra as empresas petrolíferas no Delta do Níger começaram em 1984 com o protesto das mulheres Oghale contra a US Pan Ocean. Desde então, uma série de outros protestos e manifestações foram encenados pelas mulheres do Delta do Níger, com os quais elas persistentemente exigiram melhores condições ambientais e sociais das comunidades rurais e o fornecimento de amenidades sociais. Entre 1990 e 2007, cerca de 67 protestos foram organizados por mulheres para combater abusos ambientais e de direitos humanos (Ekine 2007). De fato, seu apoio a esse respeito contribuiu significativamente para a disposição dos grupos militantes de embarcar na canalização de instalações petrolíferas. Os militantes, observa Ukiwo (2007), frequentemente apropriavam-se das manifestações pacíficas organizadas por mulheres para atacar empresas petrolíferas.

Várias tentativas foram feitas por órgãos governamentais e não governamentais visando a paz na região. Não faltaram esforços das mulheres nesse sentido. Essas iniciativas foram principalmente na base, na qual empoderaram mulheres e meninas rurais a defender seus direitos. O *Niger Delta Women for Justice* (NDWJ) e o *Kebekache Women* estavam entre os grupos de defesa das mulheres que trabalharam em várias comunidades ajudando a desenvolver capacidade para a paz. Por exemplo, o último estava envolvido na mobilização de mulheres para partidas pela paz nas comunidades Emobua,

11 Entrevista com Ekwe Ndanike, um pescador no lago Oguta, 12 de janeiro, 2019.

Ogoni, Ogbakiri e Terema (Osah e Odedina 2017). O NDWJ estava em um certo momento publicando abusos cometidos contra mulheres.

Outros canais de paz utilizados pelas mulheres visando o fim do conflito incluem apelos a líderes comunitários, empresas multinacionais (MNCs), maridos e filhos para o diálogo. As mulheres de Ugborado, por exemplo, usaram apelos e diálogo para chamar a atenção de Chevron para o efeito devastador da exploração de petróleo em seu meio ambiente (WANEP 2020). A partir de tudo isso, não se pode deixar de declarar que as mulheres constituíam um importante canal de construção da paz no Delta do Níger antes do Programa de Anistia de 2009.

Tendo estabelecido a partir de um tripé, o imperativo para a inclusão das mulheres na reconstrução pós-conflito no Delta do Níger, a seção restante deste trabalho examinará o Programa de Anistia de 2009 usando uma lente de gênero. Demonstrará a extensão do envolvimento das mulheres no NDAP e a base para sua exclusão. O estudo se baseia em fontes primárias de campo — entrevistas orais aprofundadas presenciais e entrevistas semiestruturadas, mídia eletrônica e impressa, documentos governamentais e literatura existente para coleta de dados em pesquisa qualitativa. Adota-se tanto métodos descritivos como analíticos na apresentação e interpretação de dados. Os dados foram analisados usando métodos de codificação apropriados para projetar temas emergentes dentro do quadro de análise de conteúdo.

NDAP a partir de uma lente de gênero

O Programa de Anistia do Delta do Níger foi anunciado pelo Presidente Umaru Musa Yar Adua após constatar que medidas militares eram inadequadas para lidar com a insurgência no Delta do Níger. O programa foi iniciado como parte das recomendações do Comitê Técnico do Delta do Níger inaugurado em 8 de setembro de 2008 para revisar as respostas do governo ao conflito desde 1958 (Technical Committee on the Niger Delta 2008).

Adotando parte do relatório do comitê, o Governo Federal estabeleceu o Painel Presidencial sobre Anistia e Desarmamento de Combatentes[12] no Delta do Níger para executar a tarefa de supervisionar o perdão presidencial. De acordo com a seção 175 da Constituição da República Federal da Nigéria, o perdão presidencial concedeu anistia a militantes que estivessem dispostos a entregar suas armas com uma renúncia à luta armada dentro de 60 dias (4 de agosto a 4 de outubro de 2009). O governo reconheceu no documento

12 *Presidential Panel on Amnesty and Disarmament of Militants.*

de anistia, as inadequações de etapas anteriores no tratamento das questões subjacentes ao conflito, e enfatizou a necessidade de construção de paz integrada na região (Amnesty Proclamation under Section 175 of the Constitution of the Federal Republic of Nigeria 2009).

Como em todos os programas DDR, o NDAP foi tridimensional, abrangendo: desarmamento, desmobilização e reintegração. Ao final de sua primeira fase, 20192 militantes entregaram suas armas, que incluíam: 2760 tipos variados de armas, 287445 munições, 3155 carregadores, 1090 cápsulas de dinamite, 763 bastões de dinamite, 18 canhoneiras e vários outros acessórios militares para o Comitê de Anistia Presidencial (NTA News Broadcast 2009; Amnesty News 2013). Mais tarde, outros 6166 se juntaram ao programa, aumentando o número de pessoas alistadas para 26358.

Sob a desmobilização, os militantes desarmados foram primeiro alojados em campos em áreas designadas antes de serem finalmente transferidos para dois campos principais em Obubra e Aluu, no estado de Rivers. Os ex-militantes foram colocados em um pagamento mensal de 65000 Nairas por mês[13]. Embora um atraso inicial tenha ocorrido na fase de implementação, no final de 2010, a reabilitação havia começado totalmente. A reintegração foi promovida por meio de empreendedorismo, formação vocacional e treinamento formal dentro e fora da Nigéria.

O programa de treinamento, que variou de seis meses a cinco anos, visava integrar ex-militantes em suas comunidades. Foram tomadas provisões para especialistas e consultores para ajudar a garantir que os desmobilizados adquirissem as habilidades necessárias escolhidas no programa. Entre os países para onde alguns dos militantes desmobilizados foram enviados para a aquisição de habilidades estavam: Gana, Emirados Árabes Unidos, Polônia, Chipre, Índia, Israel, Trinidad e Tobago e Filipinas[14]. O governo nigeriano dedicou uma quantidade substancial de seus recursos ao programa. Em 2009, a estimativa do governo para o programa era de US$ 360 milhões. Entre 2011 e 2017, o orçamento anual foi de US$ 2.714 bilhões[15].

O programa DDR é geralmente precedido por um processo de negociação envolvendo as principais partes interessadas ou seus representantes,

13 Além disso, o acordo foi feito ainda para um pagamento diário de 3 mil durante o processo de reintegração. A desmobilização de líderes militantes tomou uma dimensão diferente. Incluído no programa estava um acordo separado para pagar a esses líderes enormes somas de dinheiro para entregarem suas armas.

14 Cerca de 7.556 desses militantes foram alocados em 33 localidades na Nigéria para a aquisição de habilidades.

15 O programa foi considerado mais abrangente do que a maioria dos DDR gerenciados internacionalmente (Giustozzi 2016).

durante o qual, as questões do conflito são analisadas para identificar os interesses e as necessidades das partes do conflito. No caso do NDAP, uma série de tais reuniões com representantes da região foram organizadas. As mulheres eram quase invisíveis nessas reuniões. A mais crucial dessas reuniões foi entre os representantes do governo e dezesseis principais líderes militantes, liderados pelo Chefe do Governo Ekpemepolo (Tompolo). O engajamento de militantes pela paz na região com a exclusão ou sub-representação de outras partes interessadas, especialmente mulheres, diz muito sobre a natureza da paz que foi negociada e o potencial dessa para abordar ou alterar, positivamente, a base do conflito. Embora a presença das mulheres não seja uma garantia de que as questões de gênero serão abordadas, ou que as decisões serão tomadas em favor do gênero feminino (Ariño 2020), ela, no entanto, ajuda a aumentar a consciência sobre a necessidade de uma agenda de negociação e resultados que integrem gênero.

O resultado da reunião de negociação foi a conceituação do programa de anistia como o retorno das armas e a dissolução de grupos armados[16]. Por implicação, apenas militantes que foram capazes de apresentar armas ao painel foram reconhecidos e integrados. Com base no conceito, 20.192 militantes que participaram do programa em 2009 entregaram suas armas. Destes, apenas 133 (0,66%) eram mulheres. A repartição de acordo com Timi Alaibe, o então Conselheiro Especial do Presidente sobre o Programa de Anistia, é a seguinte:

Estado	N° de Homens	N° de Mulheres	Registro
Akwa Ibom	155	8	163
Bayelsa	6900	61	6961
Cross River	159	1	160
Delta	3361	-	3361
Edo	450	-	450
Imo	297	3	300
Ondo	1198	2	1200
Rivers	6958	39	6997
NDDC	571	19	600
Total	20049	133	20192

Fonte: Okonofua 2016, 10.

De acordo com Eboigbe, o número de ex-combatentes era de 20.049, sendo todos homens. A necessidade de criar um pequeno espaço para acomo-

16 Entrevista com Oviogbere, uma líder mulher no Reino Ogborodu, 21 jul. 2018.

dar mulheres no programa explica a inclusão de 133 mulheres tardiamente[17]. Quaisquer critérios usados para envolver mulheres no programa constituem, nas palavras de Chinwike[18]:

> Uma sub-representação de mulheres militantes na luta, o número de mulheres militantes somente em Rivers era muito maior do que 0,66 por cento, a menos que queiram nos dizer que a militância, quando se trata de mulheres em um programa de reabilitação, inclui apenas aquelas que estão ligadas a políticos e a amigos de líderes militantes masculinos[19].[20]

Concebido como uma solução de longo prazo capaz de sobreviver a qualquer administração na Nigéria, permanece a dúvida sobre a potência do NDAP como um instrumento de transformação de conflitos e construção da paz sem um número substancial de mulheres envolvidas. Com o desarmamento enviesado a favor do gênero masculino, a desmobilização e a reintegração refletiam uma cegueira de gênero semelhante. Oghenetega observa que, de 645 ex-militantes que estavam recebendo treinamento em países estrangeiros em um momento, apenas duas eram mulheres[21]. As provisões das instalações nos campos eram indicações de que os planejadores não nutriam a ideia de reabilitar mulheres *ab initio*[22].

Em relação à reintegração, a conceituação do governo era bastante ambígua. O limite da reintegração não era claro. Dado o contexto socioeconômico do Delta do Níger, um modelo de reintegração macro que teria abordado, consideravelmente, os desafios da região, era necessário. Infelizmente, a abordagem micro que ignorou o amplo contexto do conflito foi adotada. Nesse contexto, o plano de reconstrução pós-conflito do governo

17 Entrevista com Eboigbe, uma ex-funcionária em um dos centros de desmobilização, 7 de julho de 2018.

18 Entrevista com Chinwike, uma mulher ativista de Ikwere, 14 de julho de 2018.

19 No original: "*An under-representation of women militants in the struggle, the number of women militants in Rivers alone was much more than 0.66 percent, unless they want to tell us that militancy when it concerns women in a rehabilitation program, are those who are connected to politicians and friends of male militant leaders*".

20 As traduções de todas as entrevistas presentes neste artigo foram feitas por Maria Eduarda Lameira Nascimento.

21 Entrevista com Oghenenetga, uma militante do Delta do Níger, 24 de julho de 2018.

22 De acordo com dois informantes que desejaram permanecer anônimos, não havia nenhuma indicação nos dois campos do estado de Rivers de que esperava-se que as mulheres fossem reabilitadas. Todas as instalações incluem banheiros e os apartamentos para dormir não tinham demarcação no início.

excluiu ainda mais as mulheres que foram designadas mais para a posição geral de vítimas e não combatentes. A questão é que, mesmo que as mulheres não fossem qualificadas no nível de desarmamento e desmobilização, a reintegração como conceito fornece um espaço mais amplo para elas. Isso, no entanto, nunca foi o caso com o NDAP. As mulheres foram excluídas da compensação financeira associada ao desarmamento e à desmobilização, e impedidas de ter o alívio que um processo de reintegração adequado teria proporcionado. O pagamento de 65.000 pode ser visto como uma ação do governo para compensar ex-militantes por perderem suas armas para o programa de anistia, 99% dessa compensação monetária foi para os homens, deixando as mulheres de fora.

O conflito do Delta do Níger, conforme discutido acima, é conhecido por ter desencadeado violência de gênero contra as mulheres. Curiosamente, militantes que talvez estivessem envolvidos em estupros, assassinatos e sequestros de mulheres receberam perdões e compensações, enquanto suas vítimas ficaram sem justiça. Assim, mesmo sem o ressurgimento da militância e da violência no Delta do Níger pós-anistia, será difícil pensar em uma sociedade pacífica e verdadeiramente curada naquela região. Supondo que a reintegração de ex-militantes tenha sido totalmente bem-sucedida, o retorno de alguns deles, especialmente os notórios, sem abordar questões que beiram a vitimização, teria desencadeado tensão e insegurança nessas comunidades. Nilsson (2005) mostrou o quão difícil é para ex-combatentes que desencadearam o terror em suas comunidades se reconciliarem com essas comunidades depois.

Restringir a anistia somente àqueles que poderiam submeter suas armas ao governo é limitante. Além de munição, coletas de informações da inteligência, aquisição de armas e outras logísticas necessárias para a militância são todas categorias de armas de guerra. Além disso, outras armas físicas, como pedras, paus, porretes e assim por diante, abundam. Afinal, o guerreiro bíblico filisteu, Golias, não foi abatido nem pelo exército de Saul nem por suas armas, mas por uma simples pedra em uma corda. As mulheres Aba, em 1929, lutaram para escapar da imposição do sistema administrativo de governo indireto de Chefes Warrant não com canhões e pólvora europeus, mas com paus e pilões. As mulheres do Delta do Níger demonstraram coragem e força suficientes na luta do Delta do Níger, portanto, sua exclusão do Programa DDR faz uma cópia pobre da paz desejada.

Explicando a exclusão das mulheres

Como em outras sociedades africanas, as mulheres do Delta do Níger estão vinculadas a certas funções tradicionais, localizadas principalmente no corredor dos assuntos domésticos. Repressões culturais, como a invisibilidade das contribuições financeiras das mulheres na família, a esfera privada imposta às mulheres, o dote de casamento, o silenciamento da voz das mulheres e assim por diante, são modos de vida dominantes para as mulheres na região (Folami 2016). Tudo isso retrata as mulheres como membros parciais da sociedade, não qualificadas para desempenhar certos papéis. Esse contexto informou a conceituação do NDAP. Em primeiro lugar, a definição de combatentes como aqueles em posse de armas foi distorcida contra mulheres, que culturalmente não eram associadas a armas. Os combatentes no programa implicavam em homens que tradicionalmente eram designados ao papel de guerreiros. Afirmando isso, Onyoma argumenta que o programa não foi introduzido para as mulheres:

> O programa de anistia foi destinado a militantes que paralisaram atividades nesta parte da Nigéria antes de 2009... Homens como Tom Ateke, Asari Dokubo, Tompolo. O governo sabia que, quando tais homens fossem enjaulados por meio de ofertas saborosas, haveria paz na região. Certamente, o programa não foi pensado para mulheres[23].

Acredita-se que até mesmo as 133 mulheres incluídas sejam principalmente amigas de militantes e políticos, em vez daquelas que desempenharam um papel fundamental na luta antes do programa de anistia. Comentando sobre sua inclusão, Odogu observa:

23 No original: "*The amnesty program was meant for militants who paralyzed activities in this part of Nigeria before 2009...Men such as Tom Ateke, Asari Dokubo, Tompolo. The Government was aware that when such men were caged through juicy offers, there would be peace in the region. It is surely not for women*". Entrevista (via Skype) com Onyoma, membra do Comitê da Anistia, 18 de fevereiro de 2019.

> Qualquer um pode obter armas. O governo não se importa como você adquiriu o que está apresentando. Aqueles que têm conexões obtiveram tais armas por meio de seus contatos, outros procuraram algo para apresentar e serem categorizados como militantes combatentes... Um subsídio de um mês do programa vai ser suficiente para compensar o custo de tal arma[24].

Reagindo à sua exclusão do programa, uma ex-militante afirma:

> ... Não posso dizer os critérios que o chamado Comitê de Anistia usou. Eles devem ter escolhido suas namoradas e parentes para se beneficiarem do programa, enquanto aqueles de nós que sofreram com este conflito são deixados para trás. Deus os julgará[25].

Além disso, algumas mulheres que estavam ativamente envolvidas na militância estavam relutantes em participar do programa devido ao estigma social associado à militância no cenário tradicional. Várias delas que se envolveram na luta como militantes o fizeram sem o conhecimento e consentimento de suas famílias. Em uma expressão que revelou a natureza de seu envolvimento, Gladys afirma:

> ... meu marido está morto. Para meus filhos, pais e vizinhos, eu estava fornecendo combustível e bebidas alcoólicas para nossas vilas e cidades vizinhas. Mas eu fiz mais do que isso... Eu não podia me assumir abertamente como militante quando o programa de anistia foi anunciado. Como eu teria explicado isso para meus filhos, minha mãe e os parentes do meu marido?[26]

---

24 No original: "*Anybody can get arms. The government does not care how you have acquired what you are presenting. Those who are connected obtained such weapons through their connections, others searched for what to present to be categorized as combatant militant.... A month's stipend from the program will be enough to offset the cost of such a weapon*". Entrevista com Odogu, uma ativista Urhobo, 7 de julho de 2018.

25 No original: "*... I cannot tell the criteria that the so-called Amnesty Committee used. They must have picked their girlfriends and relatives to benefit from the program while those of us who have suffered from this conflict are left behind. God will judge them*". Entrevista com uma ex-militante que desejou permanecer anônima, 26 de julho de 2018.

26 No original: "*...my husband is late. To my children, parents, and neighbors, I was supplying fuel and spirits to our neighboring villages and towns. But I did more than that.... I could not come out openly as a militant when the amnesty program was announced. How would I have explained that to my children, my mother, and my husband's relatives?*". Entrevista com Lady G, uma ex-militante, 6 de julho de 2018.

Outra reviravolta cultural na qual a exclusão das mulheres no programa está ancorada é a visão de que os danos das mulheres são subsumidos nas reivindicações de seus maridos. Por implicação, a compensação a um militante do sexo masculino é uma compensação para toda a sua família. A questão é: quantas mulheres ativas na luta tinham seus maridos na lista de combatentes desarmados? Algumas mulheres que se qualificaram como combatentes eram viúvas que perderam seus maridos antes de seu envolvimento na luta[27]. Três em cada cinco mulheres Odi entrevistadas no curso desta pesquisa vincularam seu interesse e eventual engajamento na luta à perda de seus parceiros conjugais[28]. Além disso, as demandas dos homens são, na maioria dos casos, diferentes das mulheres. As demandas do gênero masculino no Delta do Níger pós-conflito, de acordo com Harsch (2005), giram em torno da fórmula de compartilhamento de recursos, autodeterminação, localização de instalações de petróleo, delineamento de governos locais e assim por diante, que de fato não são necessidades primárias das mulheres da região. A exclusão de mulheres implica a exclusão de suas famílias — um processo conhecido por ter prejudicado programas de reintegração bem-sucedidos em outros lugares (Rubio-Marin 2012). Em um ambiente pós-conflito de acordos monetizados, no qual a avaliação de perdas foi materialmente baseada na perda de armas e munições, que as mulheres são culturalmente proibidas de carregar, o gênero feminino, sem dúvida, não faz parte da agenda para a paz.

A segunda explicação para a exclusão de mulheres no programa de anistia decorre do fato de que o NDAP foi concebido para se concentrar na paz e segurança imediatas. Embora o aspecto da integração tenha sido previsto como processos de curto e longo prazo, o foco no estágio de implementação estava em sua realização de curto prazo. O NDAP foi voltado para alcançar um acordo de paz necessário para evitar que uma sociedade devastada pela insurgência recaísse. Ao prestar atenção a um objetivo de curto prazo em vez do contexto mais amplo do conflito — exploração indiscriminada de petróleo, poluição, degradação da terra e responsabilidade corporativa precária que, em primeiro lugar, geraram militância na região, excluiu a população maior da região, especialmente as mulheres mais afetadas por essas anomalias. Uma implicação desse desenvolvimento é que a anistia na região fez pouco ou nada para impedir o ressurgimento da militância. A partir de 2016, ataques a instalações petrolíferas e insegurança geral ressurgiram, paralisando o fluxo normal de atividades no setor petrolífero e além. Por exemplo, o *Niger Delta Avengers*, um grupo de militantes que surgiu após a Proclamação da Anistia,

27 Algumas mulheres afirmavam ter se juntado à luta em sua busca por justiça por seus maridos, filhos e parentes mortos e pela destruição de suas casas.

28 Entrevista variada, 16 de agosto de 2018.

atacou oleodutos *offshore* de águas profundas na costa nigeriana em 2016. Da mesma forma, o Niger Delta, *Greenland Movement*, igualmente formado em meio ao Programa de Anistia, continuou a vandalizar oleodutos e outras instalações desde 2016[29].

A exclusão das mulheres também pode ser explicada pela necessidade de reduzir ou gerenciar o número de participantes no programa. As mulheres combatentes podem não representar o mesmo nível de ameaça que seus colegas homens. Sem as atividades de homens como Dokubo, Ateke e Tompolo, talvez a insurgência no Delta do Níger não tivesse representado o tipo de ameaça que abalou a economia nacional na véspera do programa. Portanto, resolver a situação desses homens era primordial nos planos do governo[30]. Além disso, uma ampla abertura para militantes combatentes teria expandido o número além da capacidade orçamentária do governo. Uma visão popular entre alguns entrevistados é que alguns nomes femininos incluídos no programa foram removidos posteriormente[31]. Isso não é exclusivo ao NDAP. A exclusão de mulheres do desarmamento devido a um aumento inesperado no número de participantes tem sido a norma. Em Ruanda, por exemplo, o número foi reduzido de 58.000 para cerca de 26.000 para atender à capacidade do doador, e os que foram descartados eram principalmente mulheres. Um desenvolvimento semelhante foi registrado em Serra Leoa, onde um programa DDR, como encontrado no Delta do Níger, foi realizado sem apoio de doadores externos.

Além disso, as mulheres não eram visíveis quando os critérios para os processos políticos que levavam ao NDAP foram criados. Como observado anteriormente, as reuniões eram entre representantes do governo e líderes dos principais grupos militantes, todos homens. Foi nessas reuniões que a definição restrita de combatentes e as modalidades para participar do NDAP foram adotadas. Nas palavras de Rukewe:

29 Esses grupos militantes recentemente criados exigiram inclusão no Programa de Anistia, especialmente no pagamento de estipêndios. Os ataques desses grupos se intensificaram após as ações do governo para encerrar o programa. Até o momento, o programa de Anistia ainda não foi encerrado por medo de que desestabilize completamente a região.

30 Uma grande quantidade de dinheiro foi paga para ex-líderes da militância para proteger os oleodutos que eles previamente vandalizaram.

31 Entrevistas variadas.

> ... ninguém nos consultou quando planejavam negociar a paz com o Delta do Níger. Ouvimos apenas que o governo estava prestes a conceder anistia à região e estávamos cheios de esperança do que isso nos reservava... Mais tarde, ouvimos que a anistia do governo era para homens que estivessem prontos para entregar suas armas. Se as mulheres estavam envolvidas na negociação, elas deveriam ser aquelas de "conexão Abuja" e por razões políticas[32].

Sua opinião foi igualmente ecoada por um grupo de mulheres de Ahoda que se referiu ao programa como um "acordo governamental com as principais gangues militantes"[33]. Ao restringir as negociações pré-anistia ao gênero masculino, o pacote de anistia que foi ancorado no resultado desta negociação foi, sem dúvida, cego ao gênero. Isso confirma a observação anterior de Ekine (2007) de que os homens têm sido os principais beneficiários da memorialização, anistia e reintegração no Delta do Níger[34].

Além disso, o programa DDR, como todos os modelos de paz liberais, tem uma abordagem de cima para baixo e, como resultado, muitas vezes é realizado sem contribuições da população local. Isso explica por que seu sucesso, na maioria dos casos, é limitado ao curto prazo. Embora o NDAP tenha sido realizado sem a participação de atores internacionais, sua conceituação e implementação não são diferentes das diretrizes e princípios gerais do DDR. Como o pacote de paz pós-guerra civil que foi imposto aos nigerianos em 1970, o NDAP foi mais ou menos um pacote de paz calculado e seletivo que foi imposto pelo governo nigeriano de cima com a construção de uma narrativa de sucesso em poucos meses. Como um modelo de cima para baixo, ele falhou em se conectar com as mulheres que operam principalmente nas bases. A promessa de expandi-lo ao nível em que seu impacto seria sentido por meio da reintegração não se concretizou devido à sua seletividade e ambiguidade em torno de sua conceituação.

Finalmente, a corrupção desempenhou um papel único na exclusão das mulheres do programa. A Nigéria é um país onde uma cultura de corrupção prospera. O projeto de anistia não foi imune desse mal nacional. Parte da enorme soma de dinheiro orçada para o programa foi parar em con-

32 No original: "*... nobody consulted us when they were planning to negotiate peace with Niger Delta. We only heard that the government was about granting amnesty to the region and we were filled with the hope of what it held in store for us.... Then later, we heard that government amnesty was for men who were ready to submit their weapons. If women were involved in the negotiation, they must be those of "Abuja connection" and for political reasons*". Entrevista com Rukevwe, uma líder e ativista mulher, 12 de julho de 2018.

33 Entrevista com um grupo de mulheres Ahoda, 17 de agosto de 2018.

34 Entrevistas variadas.

tas privadas. Nomes e programas fictícios, projetos incompletos e contratos falsos foram todos meios de desviar os recursos. Por exemplo, empresas privadas e consultores frequentemente recebiam contratos do departamento de reintegração para organizar treinamentos ou encontrar instituições adequadas para ex-militantes. Esses contratados eram pagos de acordo com o número de participantes treinados ou colocados em centros de treinamento. Por meio desse meio, os contratados, tanto reais quanto falsos, pareciam ter inflado o número de *trainees* em suas listas. Em alguns casos, os pagamentos eram feitos para treinamento sem nenhuma prova de que estes realmente ocorreram[35]. Por exemplo, uma empresa de consultoria de desenvolvimento juvenil — A Fundação para o Desenvolvimento da Juventude (*The Foundation for Youth Development)*, estabelecida por um dos políticos nigerianos, recebeu, de acordo com Daniel (2016), a quantia de 5,6 bilhões de Nairas por um programa de treinamento na Malásia que nunca entrou em vigor. Sobre a natureza do treinamento e o comprometimento necessário, a declaração de um dos *trainees* é reveladora.

> Nossos instrutores não estavam comprometidos de forma alguma. Às vezes, ficávamos sem os ver por uma semana. Eles diziam que fariam uma sessão de treinamento no dia seguinte, mas ninguém aparecia. Mesmo quando eles vinham, não passavam nem 30 minutos. A maioria deles não se importava se você entendia o que eles estavam falando. Posso dizer que eles estavam simplesmente atrás da quantia de dinheiro que o governo alocou a eles por meio do programa, nem mais, nem menos[36].

O ponto enfatizado é que os recursos que poderiam ter sido utilizados para expandir o programa a ponto de seu impacto ser sentido pela população em geral, foram desviados para contas pessoais. Paul Boro, o coordenador do programa em 2016, observou que o principal desafio que o NDAP enfrentou desde seu início foi o financiamento inadequado, o que colocou uma séria

35 Isso nos foi revelado ao longo do trabalho de campo por um daqueles que trabalhou no centro de reabilitação Obubra em 2011; ver também Punch, 2019.

36 No original: "*Our trainers were not committed at all. Sometimes we do not see them for one week. They will tell you they will be holding a training session tomorrow, but you won't see anybody. Even when they come, they do not spend up to 30 minutes. Most of them did not care whether you understood what they were saying. I can say they were simply after the amount of money the government allocated to them through the program, no more, no less*". Entrevista (via telefone) com um dos beneficiários do programa de anistia que desejou permanecer anônimo, 25 de setembro de 2020.

limitação em sua capacidade de expandir e capacitar seus beneficiários[37]. Tais restrições financeiras, segundo ele, explicaram o desligamento de 1.770 participantes do treinamento profissional antes da conclusão do curso.

Conclusão

Pacotes de construção da paz pós-conflito na África nas últimas três décadas são geralmente associados a duas características distintas — domínio internacional e sub-representação do gênero feminino. Curiosamente, a variante do Delta do Níger foi conceituada, adotada, patrocinada e implementada como um programa de propriedade local, desprovido de influência internacional. Sequela disso, o NDAP gerou esperanças e expectativas sobre seu potencial de transcender alguns dos obstáculos associados ao DDR gerenciado e patrocinado internacionalmente, especialmente no que diz respeito às mulheres. Embora de forma complicada, o NDAP foi conceituado como um programa que abrangerá atividades de curto e longo prazo para um Delta do Níger pacífico. Sua implementação, no entanto, descarrilou da conceituação inicial com foco restrito em combatentes com armas para entregar ao estado nigeriano (curto prazo).

No meio sociocultural onde as mulheres são tradicionalmente proibidas de portar tais armas, isso se tornou uma barreira para o gênero feminino se beneficiar deste pacote de reconstrução pós-conflito. Junto com o problema acima estavam as questões de corrupção, ambiguidade, financiamento precário, busca por uma história de sucesso rápido e a abordagem de cima para baixo do DDR que impediu a implementação completa do programa e a inclusão. Dado que a maioria desses desafios associados à exclusão de mulheres no programa do Delta do Níger eram comuns em lugares como Ruanda, Serra Leoa, Libéria e outros, com alta dose de influência internacional, o Programa de Anistia do Delta do Níger apoia a posição de que as correntes subjacentes na exclusão de mulheres no DDR gerenciados localmente na África podem não diferir consideravelmente daquelas de programas patrocinados internacionalmente.

37Channels TV News, (2016) 26 de abril.

REFERÊNCIAS

African Union. 2025. "AU Strategy for Gender Equality and Women's Empowerment". https://au.int/en/articles/au-strategy-gender-equality-and-womens-empowerment#:~:text=The%20GEWE%20Strategy%20is%20a,financing%20 of%20gender%20equality%20work.

Ajibola, Iyabobola O. 2015. "Nigeria's Amnesty Program: The Role of Empowerment in Achieving Peace and Development in Post Conflict Niger Delta." *Sage Open* 5(3): 1-11. https://doi.org/10.1077/21582440155899 96.

Akoda, Winifred E. 2010. "Youth and National Security in the Niger Delta Region since 1966". In *Challenges for Nigeria at 50: Essays in Honour of Professor Abdullahi Mahadi*, editado por A. M. Ashafa. Kaduna State University. https://www.researchgate.net/publication/359507561_Youth_and_National_Secur ity_in_the_Niger_Delta_Region_since_1966.

Akubor, Emmanuel O. 2011. "The Travail of Women in the Crisis in the Niger Delta Area." *The Antropologist* 13(1): 27-31. https://www.researchgate.net/publication/268342391_The_Travail_of_Women_in_the_Crises_in_the_Niger_Delta_Area.

Amnesty News. 2013. Amnesty Programme 3: The facts, the figures. Escritório Presidencial da Anistia.

Amnesty Proclamation under Section 175 of the Constitution of the Federal Republic of Nigeria. 2009. Texto da Proclamação da Anistia do presidente Yar Adua, 25 de junho. http://osapnd.gov.ng/the-proclamation/.

Ariño, Maria V. 2020. "The Participation of Women in Peace Process: The Other Tables." International Catalan Institute for Peace, Working Paper No. 2010/5. http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.1884189.

Babatunde, Abosede O. 2018. "Women Petro-Insurgency and Peace-building in Nigeria's Niger Delta Region." *Kujenga Amani*. 18 de setembro. https://kujenga-amani.ssrc.org/2018/09/18/women-petro-insurgency-and-peacebuilding-in-nigerias-niger-delta-region/.

Boutet, Charles. 2019. "Post-Conflict Program: Why do Barriers Continue to Exclude Women from Disarmament, Demobilization, and Reintegration?" Graduate School of Public and International Affairs, University of Ottawa. https://ruor.uottawa.ca/server/api/core/bitstreams/6dccea37-1c41-43b1-8f0d-d11aa4d25f35/content.

Coulter, Chris., Mariam Persson, e Mats Utas. 2008. *Young Female Fighters in African Wars: Conflict and Its Consequences*. Nordic Africa Institute. https://gsdrc.org/document-library/young-female-fighters-in-african-wars-conflict-and-its-consequences/.

Daniel, Soni. "N5.6BAmnesty Contract: EFCC Grills Ex-Deputy Speaker Nwuche". Vanguard, 26 de julho. https://www.vanguardngr.com/2016/07/n5-6bn-amnesty-contract-efcc-grills-ex-deputy-speaker-nwuche/.

Ebeide, Tarila M., Arnim Langer, e Jale Tosun. 2020. "Disarmament, Demobilization, and Reintegration: Analysing the Outcomes of Nigeria's Post-Amnesty Programme." *Stability: International Journal of Security and Development* 9(1): 1-17. https://doi.org/10.5334/sta.752.

Ekine, Sokari. 2007. "Women's Responses to State Violence in the Niger Delta." *Feminist Africa*, 10: 67-83. https://www.peacewomen.org/assets/file/Resources/Academic/WOrg-VAW_WomResponsesNigerDelta_Ekine_2008.pdf.

Farr, Vanessa. 2003. "The Importance of a Gender Perspective to Successful Disarmament, Demobilization and Reintegration Processes." Disarmament Forum: Women Peace and Security 4: 25-35. https://digitallibrary.un.org/record/515036.

Folami, Olakunle M. 2016. "The Gendered Construction of Reparation: An Exploration of Women's Exclusion from the Niger Delta Reintegration Process." *Palgrave Communications* 2. https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2881915.

Giustozzi, A. 2016. *Post-Conflict Disarmament, Demobilization, and Reintegration: Bringing State-Building Back*. Routledge.

Harsch, Ernest. 2005. "Women: Africa's Ignored Combatants: Gradual Progress Towards a Greater Role in DDR." *Africa Renewal* 19(3): 17-20. https://www.un.org/africarenewal/sites/www.un.org.africarenewal/files/19n03_eng.pdf.

Hooks, B. 1999. *Feminists Theory: From Margin to Center*. 2 Ed. South End Press.

Ihayere, Celestina, Doris F. Ogeleka e Theresa I. Ataine. 2014. "The Effects of the Niger Delta Oil Crisis on Women Folk." *Journal of African Studies and Development* 6 (1): 14-21. http://dx.doi.org/10.5897/JASD11.078.

Ikelegbe, Augustine, e Nathaniel Umukoro. 2016. "The Amnesty Program and the Resolution of the Niger Delta Crisis: Progress, Challenges and the Prognosis." *Monograph, CPED Monograph Series* 4: 17-56. http://hdl.handle.net/10625/55566.

Jeroma, T. 2003. "Women and the Challenges of the Niger Delta". Nigerian Center for Advanced Social Sciences.

Knight, W. A. 2008. "Disarmament, Demobilization, Reintegration, and Post-Conflict Peace-building in Africa: An Overview." *African Security* 1(1): 24-52. https://doi.org/10.1080/19362200802285757.

Lederach, John P. 2003. *The Little Book of Conflict Transformation Intercourse*. PA: Good Books.

Mackenzie, Megan. 2009. "Securitization and Desecuritization: Female Soldiers and Soldiers and the Reconstruction of Women in Post-Conflict Sierra Leone." *Security Studies* 18(2): 241-261. https://doi.org/10.1080/09636410902900061.

Mackenzie, Megan H. 2012. *Female Soldiers in Sierra Leone: Sex, Security and Post Conflict Development*. New York University Press.

Manby, Bronwen. *The Price of Oil: Corporate Responsibilities and Human Rights Violation in Nigeria's Oil-Producing Communities*. New York: Human Rights Watch, 1999. https://www.researchgate.net/publication/248736766_The_Price_of_Oil_Corporate_responsibility_and_human_rights_violations_in_Nigeria's_oil_producing_communities.

Mazurana, Dyan, e Linda Eckerborn Cole. 2012. "Women, Girls and Disarmament, Demobilization and Reintegration." In *Women and Wars: Contested Histories, Uncertain Futures*, editado por Carol Cohn. Polity. https://www.researchgate.net/profile/Dyan-Mazurana-2/publication/295912375_Women_and_Girls_and_Disarmament_Demobilization_and_Reintegration/links/56d068ca08aeb52500cd79a5/Women-and-Girls-and-Disarmament-Demobilization-and-Reintegration.pdf.

Muggah, Robert. 2009. "The Emperor's Clothes?" In *Security and Post Conflict Reconstruction: Dealing with Fighters in the Aftermath of War*, editado por Robert Muggah. Routledge. https://api.taylorfrancis.com/content/books/mono/download?identifierName=doi&identifierValue=10.4324/9780203886915&type=googlepdf.

Nilsson, Anders. 2005. *Reintegrating Ex-Combatants in Post-Conflict Societies*. Sida. https://www.diva-portal.org/smash/get/diva2:106715/FULLTEXT01.pdf.

NTA News Broadcast, Nigerian Television Authority, Abuja, 5 de outubro, 2009.

Paffenholz, Thania, Antonia Potter Prentice, e Cate Buchanan. 2015. "Fresh Insight on the Quantity and Quality of Women's Inclusion in Peace Processes: Expert Views on Findings from the 'Broadening Participation' and 'Civil Society and Peacebuilding' Projects." *Policy Brief*. Geneva: Center on Conflict, Development and Peacebuilding. https://www.peacewomen.org/sites/default/files/GenderPolicyBrief.pdf.

Obi, C., and Siri A. Rustad. 2011. *Oil and Insurgency in the Niger Delta: Managing the Complex Politics of Petro-Violence*. Zed.

Okonofua, Benjamin A. 2016. "The Niger Delta Amnesty Program: The Challenges of Transitioning from Peace Settlement to Long-term Peace." *Sage Open* 7(2): 1-16. https://doi.org/10.1177/2158244016654522.

Osah, Goodnews, e Adebusola Odedina. 2017. "Women as Factor in Peacemaking and Peacebuilding in the Niger Delta Region." *International Journal of Development Research* 7(3): https://www.academia.edu/32366418/WOMEN_

AS_FACTOR_IN_PEACEMAKING_AND_PEACEBUILDING_IN_THE_NIGER_DELTA_REGION.

Rubio-Marin, Ruth. 2012. "Reparations for Conflict-Related Sexual and Reproductive Violence: A Decalogue." *William and Mary Journal of Women and the Law* 69(19): 69-104. https://scholarship.law.wm.edu/wmjowl/vol19/iss1/5/.

Shekhawat, Seema, e Bishnu Pathak. 2015. "Female Combatants, Peace Process and the Exclusion." In *Female Combatant in Conflict and Peace,* editado por Seema Shekhawat, Palgrave Macmillan. http://dx.doi.org/10.1057/9781137516565_4.

Specht, Irma. *Red Shoes: Experiences of Girl-Combatants in Liberia*. Genebra: International Labour Organization. 2006.

Small Arms Survey. 2007. *Small Arms Survey 2007: Guns and the City*. Cambridge University Press. https://www.smallarmssurvey.org/resource/small-arms-survey-2007-guns-and-city.

Steenbergen, Michanne. 2020. "Female Ex-Combatants, peace and Reintegration: Reflections on Disarmament, Demobilization and Reintegration Program in Liberia and Nepal." *Center for Women Peace and Security*. https://www.lse.ac.uk/women-peace-security/assets/documents/2020/WPS25Steenbergen.pdf.

Technical Committee on the Niger Delta. 2008. "Report of the Technical Committee on the Niger Delta". https://www.mosop.org/Nigeria_Niger_Delta_Technical_Committee_Report_2008.pdf.

Thompson, Akaninyene S. 2010. "The Rights of the Niger Delta People of Nigeria to Resource Control." M.A. PhD diss., Malmo University.

Turner, Terisa E., e Leigh C. Brownhill. 2007. "Justice and Nigerian Women's Rights to Humanity." *Women and Environments International Magazine*.

Ukiwo, Ukoha. 2007. "From 'Pirates' to 'Militants': A Historical Perspective on Anti-State and Anti-Oil Company Mobilization Among the Ijaw of Warri, Western Niger Delta." *African Affairs* 106 (425): 587-610. https://www.jstor.org/stable/4496484.

Umejesi, Ikechukwu. 2014. "Amnesty, Patriarchy and Women: The Missing Gender Voice in Post Conflict Niger Delta Region of Nigeria." *Gender and Behaviour* 12(1): 11-24.

United Nations DDR Resource Center. 2006. "The UN Approach to DDR." https://www.unddr.org/wp-content/uploads/2021/02/IDDRS-2.10-The-UN-Approach-To-DDR.pdf.

West African Network of Peacebuilders (WANEP). 2020. "Ending the Niger Delta Crisis: Exploring Women's Participation in Peace Process [August 15, 2009]". https://wanep.org/wanep/ending-the-niger-delta-crises-exploring-womens-participation-in-peace-processes-august-15-2009/.

RESUMO
Diferentemente da maioria dos programas de Desarmamento, Desmobilização e Desintegração (DDR), o Programa de Anistia do Delta do Níger (NDAP) foi planejado, patrocinado e implementado localmente. Isso levantou esperanças sobre seu potencial para abordar, consideravelmente, o problema na região, especialmente nas bases. Independentemente da enorme literatura que apareceu alguns anos após sua adoção aplaudindo o sucesso do programa em restaurar a paz na região, a crise está muito longe de acabar. Entre as explicações para as limitações do programa está a sua falta de inclusão, especialmente sobre o gênero feminino. Este artigo, usando métodos históricos e analíticos, examina a base da exclusão das mulheres no programa. Ele apoia a posição de que as correntes subjacentes na exclusão das mulheres em programas DDR planejados localmente na África podem não diferir consideravelmente do que é obtido em programas de propriedade internacional.

PALAVRAS-CHAVE
DDR. Mulheres. Delta do Níger. Nigéria.

Recebido em 26 de outubro de 2024
Aceito em 11 de fevereiro de 2025[38]

Traduzido por Maria Eduarda Lameira Nascimento

38 Como citar: Nwaka, Jacinta Chiamaka, Lilian Chidiebere Onyeiwu, e Marcel Alkali. 2024. "Pobre demais para a paz: mulheres no Programa de Anistia do Delta do Níger na Nigéria". *Revista Brasileira de Estudos Africanos* 9 (18), 173-198, https://doi.org/10.22456/2448-3923.143469.